



DO TRIBUNAL PLENO

INSTRUÇÃO NORMATIVA

DECISÃO PLENÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 09/2021/TCMPA, de 31 de março de 2021.

EMENTA: Ratifica a adesão do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA) ao Projeto Nacional dos Tribunais de Contas para a “Transparência e Compartilhamento das Ações de Fiscalização Relacionadas à Campanha de Vacinação Contra a Covid-19”, na forma da Recomendação nº 4/2021, do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), para além de estabelecer as diretrizes, de caráter vinculado e obrigatório, de encaminhamento de informações ao controle externo, pelos entes municipais do Estado do Pará.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da Lei Complementar n.º 109, de 27 de dezembro de 2016 e dos artigos 3º e 4º, do Regimento Interno (Ato n.º 23/2020), por intermédio desta Instrução Normativa de cumprimento obrigatório;

CONSIDERANDO o cenário de crise na saúde pública mundial e brasileira, iniciada em 2020, em virtude da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), a qual se viu agravar nos últimos 03 (três) meses, em todo o país, com aumento do número de contaminações e, conseqüentemente, do número de óbitos.

CONSIDERANDO o cenário atual de ampla operacionalização da Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid-19 em todos os Estados, Distrito Federal e Municípios;

CONSIDERANDO que a estratégia de vacinação é realizada de forma tripartite, com a pactuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fato que requer uma atuação sistêmica, cooperativa e sinérgica dos tribunais de contas brasileiros para o alcance das suas ações em todas as esferas envolvidas;

CONSIDERANDO que todos os Tribunais de Contas estão em plena atuação frente à fiscalização preventiva e concomitante das ações e dos procedimentos implementados para a imunização da população contra a COVID-19 nos Municípios sob sua jurisdição;

CONSIDERANDO, neste sentido, a instituição do Plano de Monitoramento das Ações Públicas da Saúde Municipal no Estado do Pará, para enfrentamento da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), pelo TCMPA, aprovada nos termos da Instrução Normativa nº 01/2021/TCMPA e continuada nos termos da Instrução Normativa nº 04/2021/TCMPA, com resultados já disponibilizados no *hotsite* desta Corte de Contas.

CONSIDERANDO o dever que se impõe a toda a rede de controle externo dos Poderes Públicos, na busca de medidas que venham a concorrer para o melhor enfrentamento da pandemia, sejam através de medidas pedagógicas, normativas e, ainda, de monitoramento das ações de atuação dos entes federativos, em tudo observado o melhor interesse público.

CONSIDERANDO que os Municípios exercem um papel de grande relevância na operacionalização da campanha de vacinação, visto que são responsáveis pela organização e atendimento final da população, concretizando o resultado das ações planejadas nas três esferas administrativas;



CONSIDERANDO, ainda, a busca incessante da sociedade por esclarecimentos quanto ao planejamento e a operacionalização da campanha de vacinação, bem como do monitoramento e da transparência do cumprimento das diretrizes e fases estabelecidas nos planos de imunização;

CONSIDERANDO, neste sentido, as recomendações expedidas pelo Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas – CNPTC, fixadas junto à Recomendação n.º 4, de 26 de fevereiro de 2021, que conta com a participação e apoio das demais entidades representativas do Sistema Tribunal de Contas, destacando-se **ATRICON, IRB e ABRACOM**, para a qual a Presidência do TCMPA, após a 1ª Reunião Ordinária do CNPTC, realizada em 23/02/2021, assentou a adesão desta Corte de Contas.

CONSIDERANDO, por fim, o poder normativo conferido ao TCMPA, nos termos do **art. 2º, inciso II, da LC n.º 109/2016**, para expedir atos e instruções acerca de matérias de sua competência fiscalizatória e, ainda, para determinar a apresentação de informações e documentos, com pertinência às ações de controle, nos termos do **art. 1º, §3º, da LC n.º 109/2016**, aos seus jurisdicionados, sob pena de responsabilidade e sancionamento, na forma regimental;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ratificada, pelo Tribunal Pleno, a adesão do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA) ao Projeto Nacional dos Tribunais de Contas para a *“Transparência e Compartilhamento das Ações de Fiscalização Relacionadas à Campanha de Vacinação Contra a Covid-19”*, na forma da Recomendação n.º 4/2021, do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC).

§ 1º. Nos termos do Projeto Nacional, indicado no *caput*, deste artigo, são adotadas as seguintes medidas, sem prejuízo de outras ações de fiscalização, monitoramento e compartilhamento de dados, com o Sistema Nacional de Tribunais de Contas:

I - Adesão e utilização do *Hotsite* nacional dos Tribunais de Contas, para transparência e compartilhamento das ações de fiscalização relacionadas à campanha de vacinação contra a Covid-19, junto aos municípios do Estado do Pará;

II – Aplicação, junto aos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios do Estado do Pará, dos *Questionários Padronizados*, previstos no ANEXO ÚNICO, da Recomendação CNPTC n.º 4/2021, destacadamente:

a) Questionário 1 – Pré-campanha – Planejamento: destinado a mapear e conhecer os planos municipais para a operacionalização da campanha de vacinação contra a Covid-19, assim como servir de roteiro orientativo para os municípios que não formalizaram seu planejamento;

b) Questionário 2 – Campanha de vacinação – Execução: destinado a mapear e conhecer os procedimentos e as ações em execução da campanha de vacinação contra a Covid-19 nos municípios, independentemente da existência/publicação de um plano formal para a campanha municipal.

§ 2º. O **Questionário 2 – Campanha de Vacinação – Execução**, mencionado na alínea “b”, do inciso II do §1º deste artigo, poderá ser reaplicado para atualização das informações declaradas nas fases seguintes da vacinação ou para os casos de novas situações que requerem o mapeamento/levantamento a fim de subsidiar a atuação do TCMPA.

§ 3º. Um terceiro questionário (**Questionário 3 – Pós campanha – Resultados**) poderá ser elaborado pelo CNPTC e disponibilizado eletronicamente na plataforma do *hotsite*, a depender do andamento da campanha, disponibilidade dos insumos/vacinas e da finalização das fases de imunização propostas nos planos nacionais, estaduais e municipais de vacinação contra a Covid-19.

§ 4º. Na hipótese do §3º, deste artigo, proceder-se-á com nova rodada de notificação aos entes jurisdicionados, com orientações da forma de atendimento e, ainda, dos prazos estabelecidos, assegurando-se o pleno conhecimento da continuidade da ação de fiscalização e monitoramento.



Art. 2º. As informações exigíveis dos entes jurisdicionados serão prestadas nos termos dos questionários constantes do ANEXO ÚNICO, desta Instrução Normativa, cuja responsabilidade pela fidelidade e veracidade das informações prestadas recaem, ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. Os Prefeitos Municipais serão notificados quanto às informações estabelecidas nos questionários dispostos no ANEXO ÚNICO desta Instrução Normativa, exclusivamente, por publicação uma junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM PA, para se manifestarem no *link* indicado na comunicação, até a data de **15/04/2021**.

Parágrafo único. A publicação do questionário constante do ANEXO ÚNICO desta Instrução Normativa, por intermédio do Diário Oficial Eletrônico do TCM PA, já assegura aos Prefeitos Municipais a oportunidade de deflagração dos procedimentos administrativos internos, destinados ao levantamento das informações necessárias ao atendimento da determinação do TCM PA.

Art. 4º. Os dados recebidos pela Plataforma Nacional serão submetidos à Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo – DIPLAMFCE, para fins de tabulação e emissão de relatórios, disponibilizados, preliminarmente para homologação Plenária do Colegiado do TCM PA, objetivando, ato contínuo, a sua publicação e compartilhamento com as Câmaras Municipais, Conselhos Municipais de Saúde, Governo Federal (Ministério da Saúde), Governo do Estado do Pará (Secretaria Estadual de Saúde), Ministério Público Estadual e Federal.

Parágrafo único. Após a homologação Plenária, prevista no *caput* deste artigo, o(s) respectivo(s) relatório(s) será(ão) autuado(s) junto à prestação de contas anuais do Chefe do Executivo Municipal, exercício de 2021, por intermédio do sistema SPE.

Art. 5º. O encaminhamento das informações, na forma e prazo estabelecidos nesta Instrução Normativa e junto ao respectivo Edital de Notificação, é obrigatório a todos os Prefeitos Municipais, com supedâneo do dever legal de prestação de informações ao exercício do controle externo do TCM PA, sob pena de sanções pecuniárias e demais repercussões junto às prestações de contas do exercício de 2021, na forma da Lei Complementar n.º 109/2016 e do Regimento Interno (Ato nº 23).

Parágrafo único. A omissão no dever legal de prestar informações, destacadamente as detalhadas nesta Instrução Normativa, importará no enquadramento do ordenador responsável, junto às penalidades fixadas com base no art. 72, incisos IV, V e VII, da LC n.º 109/2016 c/c art. 698, inciso II, alíneas “a” e “b”, c/c 698, inciso III, alínea “a” do Regimento Interno do TCM PA.

Art. 6º. A prestações de informações falsas, com inconsistências de dados ou, ainda, com outras irregularidades, que venham a ser detectadas após análise dos achados de auditoria, com cruzamento de outros bancos de dados disponíveis, serão comunicadas ao Ministério Público do Estado do Pará, para adoção de providências de alçada, independentemente de outras apurações e repercussões no âmbito das competências próprias deste TCM PA.

Parágrafo único. Nas ocorrências do *caput* deste artigo, os Prefeitos Municipais serão notificados quanto aos eventuais achados de auditoria, pelos Conselheiros-Relatores, fixando-se prazo de até 05 (cinco) dias para apresentação de informações, quanto às providências adotadas e ou defesa às imputações realizadas, com vistas a normalização das ações esperadas do Executivo Municipal.

Art. 7º. Por intermédio da publicação da presente Instrução Normativa, junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM PA, ficam cientificados todos os ordenadores de despesa e respectivos responsáveis pelos Controles Internos dos Poderes Públicos Municipais, das obrigações, formas, prazos para prestação de informações ao TCM PA, bem como das sanções decorrentes de sua inobservância.

Art. 8º. O encaminhamento digital/eletrônico das informações detalhadas nesta Instrução Normativa não desobriga a unidade jurisdicionada de manter devidamente arquivados, em sua sede, as informações, documentos e comprovantes



relativos aos seus atos e que subsidiem a veracidade das informações declaradas, podendo o Conselheiro-Relator, a seu critério ou mediante provocação, requerer documentos complementares, para subsidiar a análise pelo órgão técnico.

Art. 9º. O envio de dados, nos termos desta Instrução Normativa, não restringe a competência do Tribunal para examinar, por meio de outras espécies de fiscalização, a legalidade e a veracidade dos documentos e informações relativas às ações vinculadas ao atendimento da saúde pública municipal.

Art. 10. O TCMPA e o CNPTC poderão divulgar relatórios contendo dados e documentos, enviados nos termos desta Instrução Normativa, que tenham relevância pública e que não estejam legalmente protegidos por sigilo.

Art. 11. Fica delegada à Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo do TCMPA (DIPLAMFCE), na forma da Resolução Administrativa n.º 01/2021/TCMPA, a competência para expedição de notificações, na forma do art. 3º desta Instrução Normativa, aos Prefeitos Municipais, objetivando o específico e exclusivo cumprimento das disposições estabelecidas neste ato.

Art. 12. A Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo – DIPLAMFCE, com o auxílio da Diretoria de Tecnologia da Informação, deverá adotar todas as providências necessárias ao desenvolvimento das atividades fixadas nesta Instrução Normativa, objetivando a concomitância executiva, junto aos Poderes Públicos Municipais.

Art. 13. Os casos omissos ou não previstos nesta Instrução Normativa, serão dirimidos mediante deliberação do Colegiado.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 31 de março de 2021.

MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ

Conselheira/Presidente

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES

Conselheiro/Vice-Presidente

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO

Conselheira/Corregedor

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR

Conselheiro/Ouvidor

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

Conselheiro/Presidente da Câmara Especial

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial

SÉRGIO FRANCO DANTAS

Conselheiro Substituto



Questionário 1 – Pré-campanha - Planejamento

Plano Municipal de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19

*Este questionário tem como objetivo mapear e conhecer os **planos municipais** para a operacionalização da campanha de vacinação contra a Covid-19, bem como servir como um roteiro orientativo para os municípios que não formalizaram seu planejamento.*

1. O município elaborou um plano municipal de operacionalização da vacinação contra a Covid-19 ou documento similar que contemple o planejamento e a organização das ações e estratégias da campanha de vacinação?

- a. ☐ Sim - Encaminhar o documento;
- b. ☐ Não, mas pretende elaborar – Encaminhar justificativa;
- c. ☐ Não, nem existe previsão – Encaminhar justificativa.

2. Caso SIM, o plano elaborado contempla (marque as opções)

a. Planejamento e ações

- i. ☐ Definição das ações e órgãos/unidades responsáveis;
- ii. ☐ Definição de metas e indicadores;
- iii. ☐ Definição da população alvo para cada fase da vacinação;
- iv. ☐ A população alvo foi definida em consonância com as orientações do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde;
- v. ☐ Definição de ordem de preferência ou escalonamento dentro dos grupos definidos;
- vi. ☐ Estimativa do quantitativo de pessoas em cada grupo de vacinação.

b. Farmacodinâmica das vacinas

- i. ☐ Apresentação da farmacodinâmica das vacinas disponíveis;
- ii. ☐ Apresentação das precauções e contraindicações das vacinas.

c. Recebimento, armazenamento e distribuição das vacinas

- i. ☐ Apresentação dos procedimentos necessários para conservação da vacina;
- ii. ☐ Apresentação da capacidade da Rede de Frio do município;
- iii. ☐ Detalhamento da logística de recebimento, armazenamento e distribuição de vacinas no município.

d. Aplicação da vacina

- i. ☐ Detalhamento dos procedimentos de aplicação da vacina;
- ii. ☐ Apresentação dos locais para aplicação da vacina.

e. Sistemas de informação

- i. ☐ Procedimentos de registro em sistemas de informação municipais e/ou estaduais;
- ii. ☐ Procedimento de registro dos dados nos sistemas do SUS (SIES, SI-PNI, e-SUS notifica, NOTIVISA);
- iii. ☐ Integração do sistema próprio à Rede Nacional de Dados em Saúde.



f. Gestão dos insumos, pessoal e estrutura

- i. () Procedimentos para gestão dos insumos essenciais para vacinação (seringas, agulhas etc.);
- ii. () Procedimentos para garantia de quantidade de vacinas e insumos suficientes para administração da segunda dose;
- iii. () Apresentação da estrutura e equipamentos disponíveis para aplicação da vacina;
- iv. () Apresentação da equipe disponível para aplicação da vacina;
- v. () Necessidade de contratação/ampliação da estrutura existente;
- vi. () Definições da capacitação de pessoal;
- vii. () Orçamento para a campanha de vacinação;
- viii. () Estratégia de monitoramento, supervisão e avaliação contínua da campanha (doses aplicadas, estoques disponíveis, doses perdidas, notificações de evento adverso pós-vacinação, boletins informativos).

g. Farmacovigilância

- i. () Procedimentos de farmacovigilância;

h. Comunicação e Transparência

- i. () Estratégias de mobilização social/comunicação;
- ii. () Contatos e telefones de referência sobre a vacinação no município;
- iii. () Divulgação de boletins informativos à população;
- iv. () Criação de portal na internet ou aplicativo específico para divulgação da campanha.

Questionário 2 – Campanha de Vacinação - Execução

Aplicado aos gestores dos municípios que possuem planos estabelecidos ou não

Este questionário tem como objetivo mapear e conhecer os procedimentos e as ações para execução da campanha de vacinação contra a Covid-19 nos municípios, independentemente da existência/publicação de um plano formal para a campanha municipal.

O resultado do questionário servirá como base para o planejamento das ações dos tribunais de contas relacionadas à continuidade, eficiência e eficácia da campanha de vacinação, além de servir como uma fonte de boas práticas a serem disseminadas/recomendadas aos outros municípios brasileiros.

1) O município recebeu doses para vacinação contra a Covid-19?

- a. () Sim. Quantas? () CORONAVAC () ASTRA-ZENECA;
- b. () Não. Justificar.

Caso **SIM** responder as próximas questões:

Fases e prioridades:

2) O município iniciou a aplicação da primeira dose da vacina contra a Covid-19?

- a. () Sim. Quantas? () CORONAVAC () ASTRA-ZENECA;
- b. () Não.



3) O município iniciou a aplicação **da segunda dose** da vacina contra a Covid-19?

- a. ☐ Sim. Quantas? ☐ CORONAVAC ☐ ASTRA-ZENECA;
- b. ☐ Não.

4) Atualmente, marque os grupos que já **foram imunizados com a primeira dose** (ver definições de cada grupo no plano nacional de vacinação) - deixar desmarcado quando não aplicável:

- a. ☐ Pessoas com 60 anos ou mais institucionalizada;
- b. ☐ Pessoas com Deficiência Institucionalizadas;
- c. ☐ Povos indígenas vivendo em terras indígenas;
- d. ☐ Trabalhadores da Saúde;
- e. ☐ Pessoas de 90 anos ou mais;
- f. ☐ Pessoas de 85 a 89 anos;
- g. ☐ Pessoas de 80 a 84 anos;
- h. ☐ Pessoas de 75 a 79 anos;
- i. ☐ Povos e comunidades tradicionais ribeirinhas;
- j. ☐ Povos e comunidades tradicionais quilombolas;
- k. ☐ Pessoas de 70 a 74 anos;
- l. ☐ Pessoas de 65 a 69 anos;
- m. ☐ Pessoas de 60 a 64 anos;
- n. ☐ Pessoas de 18 a 59 anos com comorbidades;
- o. ☐ Pessoas com deficiência permanente;
- p. ☐ Pessoas em situação de rua;
- q. ☐ População privada de liberdade;
- r. ☐ Funcionários do sistema de privação de liberdade;
- s. ☐ Trabalhadores da educação do ensino básico (creche, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio, profissionalizantes e EJA);
- t. ☐ Trabalhadores da educação do ensino superior;
- u. ☐ Forças de segurança e salvamento;
- v. ☐ Forças Armadas;
- w. ☐ Trabalhadores de transporte coletivo rodoviário de passageiros;
- x. ☐ Trabalhadores de transporte metroviário e ferroviário;
- y. ☐ Trabalhadores de transporte aéreo;
- z. ☐ Trabalhadores de transporte aquaviário;
- aa. ☐ Caminhoneiros;
- bb. ☐ Trabalhadores portuários;
- cc. ☐ Trabalhadores industriais.

5) Atualmente, marque os grupos que já **foram imunizados com a segunda dose** (ver definições de cada grupo no plano nacional de vacinação) – deixar desmarcado quando não aplicável:

- a. ☐ Pessoas com 60 anos ou mais institucionalizada;
- b. ☐ Pessoas com Deficiência Institucionalizadas;
- c. ☐ Povos indígenas vivendo em terras indígenas;
- d. ☐ Trabalhadores da Saúde;
- e. ☐ Pessoas de 90 anos ou mais;
- f. ☐ Pessoas de 85 a 89 anos;



- g. () Pessoas de 80 a 84 anos;
- h. () Pessoas de 75 a 79 anos;
- i. () Povos e comunidades tradicionais ribeirinhas;
- j. () Povos e comunidades tradicionais quilombolas;
- k. () Pessoas de 70 a 74 anos;
- l. () Pessoas de 65 a 69 anos;
- m. () Pessoas de 60 a 64 anos;
- n. () Pessoas de 18 a 59 anos com comorbidades;
- o. () Pessoas com deficiência permanente;
- p. () Pessoas em situação de rua;
- q. () População privada de liberdade;
- r. () Funcionários do sistema de privação de liberdade;
- s. () Trabalhadores da educação do ensino básico (creche, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio, profissionalizantes e EJA);
- t. () Trabalhadores da educação do ensino superior;
- u. () Forças de segurança e salvamento;
- v. () Forças Armadas;
- w. () Trabalhadores de transporte coletivo rodoviário de passageiros;
- x. () Trabalhadores de transporte metroviário e ferroviário;
- y. () Trabalhadores de transporte aéreo;
- z. () Trabalhadores de transporte aquaviário;
- aa. () Caminhoneiros;
- bb. () Trabalhadores portuários;
- cc. () Trabalhadores industriais.

6) Os profissionais de saúde que trabalham nos setores que atendem pacientes com Covid-19 em Hospitais de Referência - que possuem leitos Covid-19 habilitados - foram priorizados na primeira fase da vacinação?

- a. () Sim – Indicar o número de vacinados;
- b. () Não – Justificar;
- c. () Não se aplica (caso não existam Hospitais de Referência ao atendimento da Covid-19).

7) O Município adotou critérios de escalonamento para vacinação dos trabalhadores que atuam em serviços de saúde?

- a. () Sim - Indicar quais critérios;
- b. () Não – Justificar.

8) O município vacinou profissionais que exercem funções estritamente administrativas, sem vinculação com setores que atendem pacientes com Covid-19, dentro dos grupos priorizados na primeira fase da vacinação?

- a. () Sim – Justificar;
- b. () Não - Justificar.

9) O município organizou agendas de vacinação conforme critérios de prioridades estabelecidos?

- a. () Sim;
- b. () Não, mas são elaboradas agendas segundo outros critérios. Quais?
- c. () Não – Justificar.

10) O município adotou mecanismos de controle e monitoramento dos vacinados mitigando os riscos de desvio das doses distribuídas ou de aplicação em pessoas não pertencentes aos grupos prioritários?

- a. () Sim – Detalhar quais mecanismos;
- b. () Não – Justificar.



11) O município apura administrativamente alguma denúncia ou comunicação de irregularidade no processo de vacinação contra a Covid-19?

- a. ☐ Sim – Detalhar quais denúncias ou comunicações de irregularidades;
- b. ☐ Não.

12) O município adotou os seguintes procedimentos para organização e comparecimento da população nos locais de vacinação? (Marque as opções)

- a. ☐ Comparecimento presencial em filas nos locais de vacinação;
- b. ☐ Comparecimento presencial com retirada de senhas de atendimento nos locais de vacinação;
- c. ☐ C p r p r f p “ r v - hru” automóveis;
- d. ☐ Comparecimento após agendamento remoto via telefone;
- e. ☐ Comparecimento após agendamento remoto via internet/aplicativo;
- f. ☐ Atendimento por equipes móveis ou domiciliares;
- g. ☐ Atendimento em horários alternativos;
- h. ☐ Outros – Detalhar.

Gestão de pessoas, insumos e controles internos:

13) O município capacitou as equipes de saúde sobre protocolos, instruções, procedimentos e outros documentos referentes à vacinação?

- a. ☐ Sim. Detalhar quais as ações sejam de iniciativa local ou nacional, a exemplo da participação no projeto ImunizaSUS;
- b. ☐ Não, mas deu conhecimento por outros meios – Quais?
- c. ☐ Não – Justificar.

14) Atualmente, o município possui estrutura suficiente para segurança no armazenamento e transporte das vacinas?

- a. ☐ Sim;
- b. ☐ Não, mas está em processo de adequação/contratação.
- c. ☐ Não – Justificar.

15) Atualmente, o município possui salas de vacinação e estrutura suficiente para operacionalização da campanha de vacinação?

- a. ☐ Sim;
- b. ☐ Não, mas está em processo de adequação/contratação;
- c. ☐ Não – Justificar.

16) Atualmente, o município possui profissionais suficientes para operacionalização da campanha de vacinação?

- a. ☐ Sim;
- b. ☐ Não, mas está em processo de contratação/treinamento;
- c. ☐ Não – Justificar.

17) O município possui os insumos suficientes (agulhas, seringas etc.) para operacionalização das fases iniciais da campanha de vacinação?

- a. ☐ Sim;
- b. ☐ Não, mas está em processo de aquisição/contratação;
- c. ☐ Não – Justificar.



- 18)** O município realiza algum processo de aquisição dos insumos necessários para as próximas fases da vacinação?
- a. () Sim;
- b. () Não, mas acompanha aquisições em andamento nas esferas estadual e/ou federal;
- c. () Não – Justificar.
- 19)** O município possui em estoque as doses necessárias para segunda aplicação aos vacinados que já receberam a primeira dose?
- a. () Sim;
- b. () Não, mas possui previsão de disponibilidade;
- c. () Não – Justificar.
- 20)** O município planeja realizar algum processo de compra de vacinas?
- a. () Sim, de forma individual;
- b. () Sim, de forma consorciada com demais entes;
- c. () Não, justificar.
- 21)** O município realiza o agendamento da segunda dose da vacina ou possui mecanismo de controle dos vacinados com as datas de aplicação da segunda dose?
- a. () Sim, agendamento na primeira aplicação;
- b. () Sim, possui mecanismo de controle das datas e vacinados;
- c. () Não, mas possui outros controles. Quais?
- d. () Não – Justificar.
- 22)** O município realiza busca ativa de faltosos na segunda dose?
- a. () Sim;
- b. () Não, mas possui outros meios. Quais?
- c. () Não - Justificar.
- 23)** O município registra e mantém atualizados os dados nos sistemas de informação do Ministério da Saúde? (Marque as opções)
- a. () Sim, para movimentação de estoque (vacinas e insumos);
- b. () Sim, para coberturas vacinais;
- c. () Sim, para os eventos adversos pós vacinação e erros de imunização;
- d. () Sim, os desvios de qualidade das vacinas e insumos;
- e. () Não – Justificar.

Comunicação :

- 24)** O município possui um Plano de Comunicação para divulgação da campanha de vacinação contra a Covid-19 à população do município?
- a. () Sim – Encaminhar documento;
- b. () Não – Justificar.
- 25)** O município divulgou para população os critérios de priorização dos grupos para vacinação?
- a. () Sim – Encaminhar links;
- b. () Não – Justificar.



26) O município realizou campanha para orientar a população sobre a importância da vacinação?

- a. ☐ Sim – Encaminhar links;
- b. ☐ Não – Justificar.

27) O município comunicou a população dos procedimentos necessários para se apresentar nos locais de vacinação em cada fase da vacinação? (Marque as opções)

- a. ☐ Sim - Encaminhar links;
- b. ☐ Não, justificar.

28) O município divulga dados atualizados sobre a campanha de vacinação à população (doses recebidas, número de vacinados etc.)? (Marque as opções)

- a. ☐ Sim, por meio da internet /aplicativo – Encaminhar links;
- b. ☐ Sim, por meio de orientação para que a população consulte os sistemas do Ministério da Saúde – Encaminhar links;
- c. ☐ Sim, por outros meios – Encaminhar links;
- d. ☐ Não – Justificar.

29) O município orienta a população sobre a possibilidade de obter seu certificado de vacinação por meio do sistema ou aplicativo ConecteSUS cidadão?

- a. ☐ Sim - Encaminhar links;
- b. ☐ Não. Justificar.

30) O município realizou campanha para orientar a população sobre a importância do pós vacinação (manter distanciamento, evitar aglomeração, uso de máscara etc.)?

- a. ☐ Sim - Encaminhar links;
- b. ☐ Não – Justificar.

Cumprimento e análise dos Planos de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19

31) O município está cumprindo as diretrizes dos Planos de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19? (Marque as opções)

- a. ☐ Sim, as diretrizes do Plano Nacional;
- b. ☐ Sim, as diretrizes do Plano Estadual;
- c. ☐ Sim, o Plano Municipal;
- d. ☐ Está deixando de cumprir alguma(s) orientação(ões), diretriz(es) ou definição(ões). Qual(is) e detalhar os motivos.

32) O município está cumprindo as recomendações sobre medidas de saúde pública de prevenção à transmissão da Covid-19 nas ações de vacinação previstas no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19?

- a. ☐ Sim – Quais?
- b. ☐ Não.